
À PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE
MINAS GERAIS

Referente Edital de Pregão Presencial nº 079/2020

VIRGINIA MOREIRA ALVES, brasileira, advogada, casada, inscrita na OAB/MG sob o nº 140.702 e no CPF sob o nº 090.761.046-38, com escritório profissional situado na Avenida Getúlio Vargas, nº 888, Centro, CEP: 35.680-037, Itaúna/MG, vem mui respeitosamente à elevada presença de Vossa Senhoria, apresentar **IMPUGNAÇÃO** aos termos do edital em epígrafe, o que faz de acordo com os fatos e fundamentos de direito a seguir expostos:

I. DA TEMPESTIVIDADE.

Inicialmente, comprova-se a tempestividade deste pedido de esclarecimentos, tendo sido, portanto, cumprido o prazo pretérito de 2 (dois) dias úteis previsto no artigo 41, §2.º da lei 8666/1993 e artigo 12 do Decreto nº 3.555/2000, bem como no próprio edital em referência:

*“§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer **até o segundo dia útil** que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994) (grifo nosso).*

(...)

*Art. 12. **Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas**, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão. (grifo nosso).*

Neste sentido o Tribunal de Contas da União já acolheu tal entendimento.

No Acórdão nº. 1/2007 (processo TC 014.506/2006-2) o TCU entendeu ser tempestiva uma impugnação apresentada em 22/11/2005 (terça-feira) em face de um pregão que teria abertura em 24/11/2005 (quinta-feira). Do mesmo modo, através do Acórdão nº. 382/2003 (processo TC 016.538/2002-2) entendeu ser tempestiva uma impugnação apresentada em 27/9/2002 (sexta-feira) em face de uma licitação que ocorreria em 1/10/2002 (terça-feira).

Portanto, entende-se por tempestiva a presente solicitação, cujo objetivo é exclusivamente o de contribuir para a obtenção de proposta vantajosa ao erário.

II. PONTOS DE ILEGALIDADE AVENTADOS.

A licitação, como se sabe, é um procedimento administrativo em que diversos atos são praticados com o escopo final de selecionar uma proposta que, conforme critérios objetivos previamente definidos no instrumento convocatório, possibilite a posterior celebração de um contrato com o proponente melhor situado no julgamento final em decorrência de haver ofertado as melhores e mais vantajosas condições de contratação.

E, dada à presunção de legalidade que a circunda, torna-se uma tarefa ingrata questioná-la, notadamente quando o ato que se reputa eivado de incorreções tem em seu favor o respaldo da notória probidade e respeitabilidade dessa Administração.

Não raro, porém, a complexidade e prolixidade do edital

fazem com que a administração pública, involuntariamente, peque em seu mister. E isto é ainda mais compreensível em editais que envolvam considerações técnicas cuja exata apreensão certamente se encontra em um patamar de excelência técnica que nenhum servidor do departamento de compras e licitações pode ordinariamente alcançar.

E, com todo o respeito que a ocasião comporta, entendemos que esta é justamente a hipótese em apreço!

Neste sentido, e para um melhor entendimento de nossos argumentos, perpassaremos pontualmente os itens que, sob a ótica da Impugnante, tornam ILEGAL e afastam o edital dos princípios da obtenção da proposta mais vantajosa ao erário.

a) Ilegalidade e subjetividade das demonstrações.

Embora tenha previsto amostragens, o edital define que estas poderão ou não ser realizadas.

E embora essa “possibilidade” possa, à primeira vista, parecer profícua, o fato é que em uma análise mais aprofundada verificamos uma série de fatores que exigem seja repensada a redação editalícia.

É que demonstrações possuem um custo. Uma demonstração total exige dias de hospedagens, alimentação e uma equipe técnica destacada durante dez dias úteis na análise do edital, preparação de bases de dados e criação de cenários para demonstração.

Um lançamento tributário, por exemplo, exige um cálculo

criado e validado para fins de testes, um contribuinte apto cadastrado, e uma rubrica cadastrada para integração com contas contábeis.

Portanto, se uma empresa idônea vence o certame, e sabe de antemão que atendeu às exigências habilitatórias, terá uma despesa de praticamente R\$ 8 mil somente com demonstrações totais!

Por outro lado, se não houver demonstrações totais, apenas parciais, ou mesmo se as demonstrações forem dispensadas, não há esse custo.

Tudo isso impacta na elaboração de propostas. Uma empresa que atenda às exigências de habilitação, e ofereça proposta vantajosa, precisa saber se terá ou não este custo adicional de R\$ 8 mil, pois se realmente chegar na fase de demonstrações, estará muito próxima de ofertar propostas.

Ora, aqui estamos falando de licitação. Nenhuma empresa pode ser compelida a gastar R\$ 10 mil apenas para ofertar proposta em licitação cujo valor global também é módico.

Imagine-se: dispender 7% do total da proposta apenas com amostragens! Isso impacta na elaboração de propostas!

Portanto, as amostragens demonstrações devem ser objetivamente definidas: ou serão executadas, ou não serão.

Mesmo porque, em se tratando de aventureiros, podem muito bem ofertar proposta baixíssima e serem dispensados de demonstração, enquanto outra empresa séria, que veio para ofertar uma demonstração

completa, acabe sendo alijada da competição por ter um preço final que seja R\$ 1 mil superior ao da proposta vencedora.

Ademais, qual critério será utilizado para que se exija ou dispense as demonstrações?

Se o pregoeiro acordar com dores de cabeça, pedirá a demonstração? Ou se uma empresa recorrer, e criar rusga legítima na defesa de seus interesses comerciais, será obrigada a demonstrar?

E se a empresa vencedora for a atual fornecedora, o pregoeiro dispensaria demonstração porque ele, pessoalmente, conhece os sistemas ofertados por serem aqueles atualmente em uso?

Daí se vê que a “dispensa” ou “exigência” das demonstrações encontra-se demasiadamente subjetivada no texto editalício, e isso depõe contra a transparência, a motivação dos atos administrativos, contra a obtenção de proposta vantajosa e até mesmo contra o julgamento objetivo.

É necessária, portanto, a correção do instrumento convocatório, para que as demonstrações sejam pautadas em critérios objetivos, que independam do humor do pregoeiro e de suas impressões pessoais subjetivas.

b) Divergências de percentuais mínimos a serem atendidos na demonstração.

Previu o edital, em seu item 2.5.2, *in verbis*:

“Caso o pregoeiro ou a entidade solicitante ache necessária a realização de demonstração, a empresa que ofertou o menor valor fará a apresentação do software a ser contratado, em data e horário a ser definido, para equipe técnica do Instituto de Previdência Municipal de Pirajuba-IPREMP, devendo atender no mínimo 80% (noventa e cinco por cento) dos requisitos (...)”

Há, no referido item, dois percentuais distintos. Primeiro indica-se oitenta por cento. Depois, indica-se noventa e cinco por cento.

A diferença é enorme, representativa de até 15% de todo o objeto licitado. Além disso, é subjetiva, porque uma empresa pode possuir 100% do sistema contábil, e possuir 5% do sistema de saúde pública.

Logo, é impossível avaliar com exatidão qual o grau de aderência necessário para as demonstrações.

Quinze por cento é uma margem muito grande para ser desconsiderada.

Ou são noventa e cinco por cento, ou são oitenta por cento!

A manutenção do texto, sem nenhuma correção, gerará graves problemas de competitividade!

Como tratar igualmente uma empresa cuja proposta foi formatada para uma aderência de 80% e outra com aderência de 95%? Impossível.

Se a administração entende que o percentual é de 80%, reduz-se a segurança jurídica da contratação perigosamente, já que uma a cada cinco funcionalidades pode ser desatendida.

Se a administração entende que o percentual é de 95%, então teremos uma competição mais qualificada, baseada em propostas sólidas, de empresas conceituadas e tecnicamente competentes.

Além disso, se duas empresas participam, e uma atende 95%, enquanto a outra atende 80%, isso gerará graves problemas na hora de classificação de propostas e demonstrações, pois a empresa prejudicada pode basear recurso da literalidade da redação editalícia, e terá razão!

Portanto, é preciso que se corrija o item 2.5.2 do edital, definindo-se com exatidão o percentual máximo exigível nas demonstrações.

c) Erro e contradições na fixação de critérios de julgamento.

Previu o preâmbulo do edital:

“(...) Prefeitura Municipal de Pirajuba, situada na Praça José Moisés Miziara Sobrinho nº 10, Centro, em sessão pública, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL tipo MENOR PREÇO POR ITEM”.

Ou seja, critério de julgamento “menor preço por **ITEM**”!

Mais abaixo, em várias oportunidades, o edital cita “menor

preço”, mas nunca referindo qualquer outro critério, como o global ou por lotes.

Então temos somente o critério menor preço por item no preâmbulo, e várias vezes a expressão “menor preço” no texto editalício.

Logo, presumimos que o critério será efetivamente o de menor preço por item, conforme literalidade editalícia.

Ocorre que são vários os itens licitados, envolvendo os mais variados módulos de software, e todos devem funcionar integrado.

Assim, ao efetuar o julgamento de propostas com base no “menor preço por item”, a administração pública pode receber a contabilidade de uma empresa, o sistema de compras de outra, e o módulo tributário de uma terceira, pois cada módulo destes é um “item” da proposta.

Poderíamos, na verdade, ter vinte empresas diferentes vencedoras de itens individuais da proposta...

Isso impediria a execução contratual.

Seria impossível o cumprimento das integrações e o compartilhamento de bancos de dados entre empresas diferentes, já que não se sabe de antemão quem vencerá qual item.

Em face disso, requer-se a correção do critério de julgamento, para constar “menor preço global” ou outro que seja adequado às integrações e caráter único e integrado dos sistemas licitados.

d) Ilegalidade da exigência de atestados de capacidade técnica.

Sabe-se que a licitação é procedimento administrativo destinado a selecionar proposta mais vantajosa para a contratação de atividade do interesse da Administração Pública, bem como garantir a isonomia entre os participantes.

A Constituição Federal prescreve no art. 37, inciso XXI, que *“ressalvados os casos específicos na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **a qual somente permitirá exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações**”*.

A obrigatoriedade de que os requisitos de qualificação técnica fossem realmente adotados com parcimônia e razoabilidade, e não como instrumento de direcionamento editalício ou restrição da competitividade foi relevada de tal maneira pelo constituinte originário que a Constituição Federal alertou o Administrador Público para que se abstinhasse de excessos perniciosos.

Ou seja, lá em 1988 o constituinte originário anteviu as graves consequências que um “qualificionismo técnico traria ao erário, à sociedade e à isonomia em licitações.

Regulamentando este mandamento constitucional, sobreveio a Lei n. 8.666/93, que estatuiu em seu art. 3º que *“a licitação **destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia** e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em*

estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.

O procedimento licitatório inicia-se com a publicação do edital ou convite para a convocação dos interessados em participar do certame, a qual é seguida pelo recebimento da documentação e das propostas, habilitação dos licitantes, julgamentos das propostas, adjudicação do objeto ao vencedor e homologação do resultado.

A habilitação compreende a entrega de documentação referente à habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal **e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.**

A respeito da qualificação técnica, prescreve a art. 30 da Lei n. 8.666/96, *verbis*:

"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

*II - **comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação,** e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;*

(...)

*”§ 1º - A comprovação da aptidão técnica referida no inciso II do caput deste artigo, **no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes** (...).*

Bom, feita esta apuração legal, o fato é que se a qualificação técnica visa possibilitar que a Administração Pública, por meio da comissão do certame, verifique se os proponentes têm condições de executar satisfatoriamente o objeto licitado, por outro, em sede de habilitação, a Constituição Federal exige que os requisitos de qualificação técnica sejam **“indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”**.

Ocorre que, no humilde entendimento da impugnante, as condições do edital estão longe de ser indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Com efeito, exige-se 80% de similaridade dos atestados em relação ao objeto licitado. Logo, o atestado deverá contemplar 80% de todo o termo de referência.

Teremos, assim, um atestado de capacidade técnica de cem páginas!

E o que é pior, para que o atestado seja realmente um espelho da realidade, a entidade que o fornecer deve, por questão de honestidade, conferir se estas cem páginas de especificações técnicas são realmente supridas pela empresa que solicita o atestado.

Torna-se, assim, extremamente difícil a obtenção de um atestado sério, que não seja fruto de mera assinatura irresponsável de quem o subscreve.

Ora, não se pode exigir 80% de similaridade em editais.

O TCE/SP, por exemplo, editou súmula para limitar a similaridade a 50% do termo de referência:

“Em procedimento licitatório, é possível a exigência de comprovação da qualificação operacional, nos termos do inciso II, do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, a ser realizada mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, admitindo-se a imposição de quantitativos mínimos de prova de execução de serviços similares, desde que em quantidades razoáveis, assim consideradas 50% a 60% da execução pretendida, ou outro percentual que venha devida e tecnicamente justificado”.

Portanto, oitenta por cento de similaridade é muito restritivo da competição!

E vale lembrarmos que há uma década e meia já se sedimentou o entendimento segundo o qual *“O interesse público reclama o maior número possível de concorrentes, configurando ilegalidade a exigência desfilhada da lei básica de regência e com interpretação de cláusulas editalícias impondo condição excessiva para a habilitação”* (STJ, MS n. 5.693/DF, Min. Nilton Luiz Pereira)" (ACMS n. 2003.015947-9, da Capital, rel. Des. Luiz César Medeiros, j. 19.4.2005).

Portanto, como as exigências de qualificação técnica exigidas pelo edital não se configuram como indispensáveis à execução do contrato, tampouco podem ser lícitas, devendo haver correção deste ponto do instrumento convocatório.

e) Nulidade do edital, subscrito por agente sem a

necessária competência funcional.

Somente o gestor da unidade administrativa licitante tem poder para subscrever editais de licitação. E sem a subscrição do ordenador de despesas em exercício, o presente Edital de Licitação é nulo de pleno direito!

De fato, o inciso I do artigo 3º da Lei Federal nº 10.520/2002 estabelece que *“A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento”*.

Mais à frente, este diploma legal refere em seu artigo 3º, inciso IV, que esta mesmíssima autoridade é a competente para designar o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, bem como em seu artigo 4º, inciso XXI, que esta “autoridade competente” tem ainda o dever de julgar recursos contra atos do Pregoeiro e homologar o certame.

Da expressão “homologar o certame” deflui inequivocamente quem tem competência para assinar editais de pregão! Ora, quem seria esta autoridade competente? Quem tem legitimidade para aferir a oportunidade e conveniência de uma contratação?

Embora seja óbvio quem seja esta “autoridade competente”, Joel de Menezes Niebuhr, Consultor Especial do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Professor da Escola do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, em seu livro *Pregão Presencial e Eletrônico*, suscita que, no pregão, a autoridade competente *“Costuma ser o agente que reúne competência para assinar o contrato, isto é, representar a entidade administrativa”*.

No caso, esta pessoa é o Presidente do IPREMP, e não há digressões possíveis que levem a uma interpretação distinta!

Por outro lado, nem se diga que houve delegação de poderes para tanto, uma vez que tal delegação ser expressa, e não meramente dedutiva, mesmo porque a Lei Federal nº 9.784/1999, regulamentadora do processo administrativo federal, estadual e municipal (nestas últimas duas esferas em caráter subsidiário, enquanto não houver lei que regulamente a matéria), estabelece em seu artigo 13, I, que a edição de atos de caráter normativo – como é o caso dos editais de licitação – não pode ser objeto de delegação.

Portanto, resta nulo o Edital de Pregão combatido, por ter sido escrito por agente incompetente para tanto, posto que, para além de ilegal a delegação, esta sequer ocorreu expressamente.

O Tribunal de Contas da União, no Acórdão 2.389/2006, já deixou claro e pacificado que o Pregoeiro é incompetente para assinatura do Edital.

De fato, como pode o Pregoeiro agir IMPARCIALMENTE na condução de edital de licitação por ele elaborado? Como pode avaliar com isenção até mesmo esta representação, já que o responsável por supostas ilegalidades irá julgar a si próprio?

Não se duvida da idoneidade do Pregoeiro, servidor concursado de ilibada reputação. Contudo, forçá-lo a julgar seus próprios atos é no mínimo cruel, e implica em nulidade do procedimento, pois a lei não leva em consideração a idoneidade ou não do Pregoeiro, mas sim o fato de que, onde quer que seja, ninguém pode julgar seus próprios atos com isenção.

Ora, basicamente, o raciocínio legal é o de que, em sendo um terceiro desinteressado que não participou do processo de compras, pode o Pregoeiro conduzir com isenção de ânimo a condução do certame, pois se ele justamente assina o edital, como poderia uma empresa representar um edital como no caso, e presumir que o Pregoeiro, tendo eventuais erros apontados, tenha também isenção de ânimo em avaliar a documentação e propostas desta empresa?

O pregoeiro não pode ser o responsável pela assinatura do edital, sob pena de se colocar a empresa Representante na condição de antagônica àquele, criando potencial predisposição quando do julgamento de propostas e documentos.

Mesmo porque, obviamente não é o Pregoeiro quem define os termos do objeto a ser licitado, pois ele não pode sobrepor sua vontade ou visão de conveniência/oportunidade administrativas ao Presidente da Casa, a quem compete assinar os editais do ente gerido.

f) Ausência de limitação dos preços máximos unitários dos itens licitados.

Um claro desdobramento da ausência do orçamento estimado dos itens da licitação é o ferimento ao artigo 40, X, da Lei de Licitações, *in verbis*:

Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início

da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

(...)

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos (...);”

Com efeito, não há no edital qualquer critério de aceitabilidade dos preços unitários, o que pode levar a graves distorções de preço, ao superfaturamento e à completa e irrevogável frustração da obtenção da proposta mais vantajosa possível ao erário, sendo inconteste que a ausência das limitações dos itens individuais da licitação pode redundar em grave ilegalidade, ferindo os mais mezinhos princípios da Lei Federal nº 8.666/1993 e da Constituição Federal, notadamente os princípios da legalidade, moralidade e eficiência administrativa, como bem vem reconhecendo o TCE/MG.

Se essa municipalidade desejar suspender o uso ou manutenção de qualquer dos sistemas, não haverá nenhum custo unitário para balizar a decisão. Se essa municipalidade optar por suprimir até 25% dos serviços contratados, não terá parâmetros para balizar esta decisão.

Embora o atual gestor do instituto possa ter opiniões firmes, ele não é soberano. Seu sucessor poderá ter entendimento diverso, e ficará refém de um edital mal elaborado, sem preços unitários que possam servir para supressões ou adaptações do objeto contratado.

A lei é clara. Exige valores unitários. O edital também é claro. Dispensou valores unitários, colocando os mais de vinte módulos distintos em um único item da proposta de preços.

Pedimos apenas o cumprimento da lei.

g) Da ausência de cláusula que especifique as garantias do órgão licitante em caso de rescisão contratual.

Em nenhum momento o edital ou seus anexos externam qualquer preocupação da Administração quanto aos direitos desta em caso de rescisão contratual.

Em face disso, indaga-se: como ficarão as bases de dados caso ocorra rescisão contratual? A empresa contratada deverá fornecer as bases produzidas? Em que formato? Em que prazo? Este serviço de extração e fornecimento de bases de dados será gratuito ou oneroso? E o eventual suporte técnico após a rescisão em uma eventual fase de transição?

A empresa cujo contrato seja rescindido deverá prestar suporte? Oneroso ou gratuito? E a garantia de continuidade do serviço público?

Ora, dada a essencialidade dos softwares ora contratados, como ficaria a tramitação de todas as informações contábeis, tributárias, de pessoal etc. após a rescisão e enquanto nova empresa não venha a operacionalizar a nova solução.

O IPREMP vai parar? O Senhor Pregoeiro dará caução pessoal de que, em caso de rescisão, se responsabilizará pelos prejuízos decorrentes da omissão editalícia em resguardar o ente licitante?

Percebe-se, infelizmente, que o edital pecou pela omissão ao não regulamentar tais garantias e ações em caso de rescisão ou inexecução contratual, e coloca os proponentes em situação de absoluta insegurança jurídica, pois em caso de rescisão ficarão à mercê das determinações da

Administração, caso desejam evitar uma briga judicial que pode vir a se demonstrar ingrata.

Ademais, as próprias empresas proponentes ficam sem saber qual serão suas obrigações neste cenário, notadamente em relação a pagamentos e obrigações, circunstâncias estas que podem tanto restringir o caráter competitivo do certame como ampliá-lo.

Felizmente, porém, o TCE/SC vem reconhecendo a ilegalidade de editais que contenham tais omissões, citando-se como exemplo a decisão nº 0359/2011, cujo conteúdo foi claro em reconhecer patente ilegalidade na *“Ausência de previsão que resguarde os direitos da contratante em caso de rescisão contratual, desatendendo ao art. 55, inciso IX, da Lei (federal) nº 8.666/93, bem como o princípio da eficiência, contido no art. 37, caput, da Constituição Federal (item 2.19 do Relatório DLC n. 848/2010)”* (TCE/SC – ELC nº 10/00253314, Relator Conselheiro César Filomeno Fontes).

Illegal, destarte a omissão, entende-se que o edital merece ser retificado para sanar a ilegalidade daí derivada, já que o edital não traz uma linha sequer sobre as ações, garantias e obrigações recíprocas que subsistirão em caso de rescisão.

h) Ausência do número de servidores a serem treinados.

Embora o edital refira a necessidade de realização de treinamentos, não regulamenta a quantidade de servidores a serem capacitados, tornando impossível a formatação de uma proposta de preços que refira os reais custos dos serviços a serem executados.

Com efeito, quantas turmas serão capacitadas no uso do aplicativo de contabilidade pública? Uma, duas, três? Infelizmente tal informação não consta dos autos, e impede a precisa conclusão da proposta de preços.

Também não fixa o número de horas de capacitação a ser outorgada, sendo notório e público que um treinamento pode ser ligeiramente superficial, ou completamente aprofundado, pode ser dado em nível de uso, ou em nível de gerenciamento, e assim por diante!

Caso o edital contivesse orçamento estimado dos itens da licitação, talvez até traria esta informação, mas de fato, também esta ilegalidade está a macular o instrumento convocatório.

Portanto, a qualquer proponente interessada restariam duas alternativas: superestimar o número de servidores a serem capacitados, observada a divisão modular de no máximo vinte participantes de cada treinamento, e praticar preço superestimado, ou, do contrário, subestimar o número de usuários a ser capacitado, e absorver qualquer prejuízo que daí advenha.

Desta forma, a ausência da informação impede a formatação das propostas de preços de modo que favoreça a obtenção da melhor proposta possível ao erário, devendo ocorrer a complementação dos dados do Anexo I e a reabertura do prazo para apresentação das propostas.

Enfim: ou superfaturamos nossa proposta para evitar surpresas, e corremos o risco de perder no preço (se subfaturamos este item para evitar perda, corremos o risco de sofremos prejuízo).

Ou seja, torna-se impossível, pelos termos do edital, uma

eskorreita e juridicamente adequada formatação da proposta de preços, o que frustrará, objetivamente, o princípio da obtenção da proposta mais vantajosa.

III. DOS PEDIDOS.

Diante do exposto, evidenciadas graves ilegalidades e incongruências apontadas, **requer-se** a correção e republicação do termo de referência.

Eis os precisos termos em que pede deferimento.

Itaúna/MG, em 18 de novembro de 2020.



VIRGINIA MOREIRA ALVES
OAB/MG 140.702